

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### POLÍCIA FEDERAL

###### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017**

**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)**

1. DO OBJETO
   1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de forma indireta e contínua de **serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva com remoção de resíduos e análises físico-químicas de efluentes de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) com capacidade de 0,5 (meio) litros por segundo**, da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT.
   2. **Os serviços deverão ser executados na sede da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT, situada na Av. Getúlio Vargas, nº. 2325, bairro COC, Cáceres/MT, CEP: 78200-000.**
   3. A prestação dos serviços inclui o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços e conservação da ETE, abrangendo, também, anotação de responsabilidade técnica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
   4. A CONTRATADA fornecerá a mão-de-obra para toda a manutenção preventiva e corretiva, sendo que a CONTRATANTE concorrerá tão somente com o ônus das peças eventualmente aplicadas.
   5. O valor estimado do objeto foi aferido de acordo com a IN 05/2014-MPOG, com preços de licitações do *comprasnet*, conforme quadro Anexo I deste TR, com exceção das bactérias biorremediadoras. A planilha de mão-de-obra foi composta com base na IN 02/2008-MPOG, levando em Consideração a CCT - Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE CUIABÁ (SINTAESA), uma vez que não há no município de Cáceres CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho formalizado, sendo este o valor máximo a ser pago pelo contratante, conforme a Planilha abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **QTD MENSAL** | **VALOR UNITÁRIO R$** | **VALOR MENSAL R$** | **VALOR ANUAL R$** |
| **1. Mão de obra** - Operador de ETE, CBO 8623-05 (44h semanais) | 1 | R$ 5.455,16 | R$ 5.455,16 | R$ 65.461,93 |
| **2.** Análises Química (unidade) | 2 | R$ 634,00 | R$ 1.268,00 | R$ 15.216,00 |
| **3.** Limpa-fossa (M**3**) | 1,5 | R$ 28,99 | R$ 43,49 | R$ 521,82 |
| **4.** Hora Trabalhada de um Engenheiro Sanitarista ART (horas) | 32 | R$ 80,00 | R$ 2.560,00 | R$ 30.720,00 |
| SUBTOTAL | | | R$ 9.326,65 | R$ 111.919,75 |
| **5.** Peças. *Que somente serão pagas se houver utilização\** | 12 | R$ 1.000,00 | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | **R$ 10.326,65** | **R$ 123.919,75** |

\*A empresa contratada apresentará à contratante orçamento com pelo menos 02 (duas) cotações no mercado, para aprovação.

* 1. No valor relativo à prestação dos serviços deverão estar inclusos **todos** os custos inerentes à contratação, mão-de-obra, uniformes, materiais, Ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual.
  2. **O valor de R$ 12.000,00 (doze mil anual) destinado a aquisição de peças e somente será usado quando houver demanda.**
     1. Quando houver necessidade de aquisição de peças a empresa contratada apresentará à contratante, para aprovação, orçamento com pelo menos 02 (duas) cotações no mercado.

ORÇAMENTO DETALHADO, em conformidade com a IN 05/2014-MPOG

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **01. SERVIÇOS DE OPERADOR DE ETE PF/CAE/MT - COM periculosidade** | | | | | | |
| **LOCAL** | **DESCRIÇÃO** | **QTD**  **MENSAL** | **VALOR**  **UNITÁRIO** | **VALOR**  **MENSAL** | **VALOR**  **ANUAL** | **PREÇO DE**  **REFERÊNCIA** |
| **PF/CAE/MT - Cáceres** | **1. Mão de obra** - Operador de ETE, CBO 8623-05 (44h semanais) | 1 | R$ 5.455,16 | R$ 5.455,16 | R$ 65.461,93 | PLANILHA DO  ÓRGÃO SR/PF/MT |
| **2.** Análises Química (unidade) | 2 | R$ 634,00 | R$ 1.268,0 | R$ 15.216,00 | PE 42/2016  UASG 926130 |
| **3.** Limpa-fossa (M**3**) | 1,5 | R$ 28,99 | R$ 43,49 | R$ 521,82 | PE 13/2016  UASG 160445 |
| **4.** Hora Trabalhada de um Engenheiro Sanitarista ART (horas) | 32 | R$ 80,00 | R$ 2.560,00 | R$ 30.720,00 | ITEM 02  PE 06/2016  UASG 258503 |
| **SUBTOTAL** | | | R$ 9.326,65 | R$ 111.919,75 |  |
| **5.** Peças. *Que somente serão pagas se houver utilização\** | 01 | R$ 1.000,00 | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 | ITEM 03 PE 06/2016 UASG 258503 |
| **VALOR TOTAL** | | | **R$ 10.326,65** | **R$ 123.919,75** |  |
| \*A empresa contratada apresentará à contratante orçamento com pelo menos 02 (duas) cotações no mercado, para aprovação. | | | | | | |

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
   1. Com a construção da nova sede da Delegacia da Polícia Federal em Cáceres foi exigido pela Prefeitura Municipal desse município a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto para tratar os dejetos orgânicos (esgoto) que saíssem dessa nova delegacia. Dessa forma, o principal objetivo deste Termo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados para operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos componentes do sistema da Estação de Tratamento de Esgoto, constituído de: 02 (duas) Bombas da estação elevatória de esgoto, Aerador, Bomba de recirculação, Bomba dosadora, Conexões hidráulicas, Circuito elétrico, etc; para remoção de resíduos provenientes do tratamento; e para recolhimento de amostras de efluentes para análises físico-químicas.
   2. A terceirização dos serviços em questão é imprescindível tendo em vista a peculiaridade dos trabalhos esperados, bem como que os servidores do quadro da PF/CAE/MT não possuem conhecido técnico para operar, tampouco realizar a manutenção do equipamento.
   3. O serviço ora pleiteado é indispensável à PF/CAE/MT, uma vez que todos os dejetos da Unidade passam obrigatoriamente pela ETE e a ausência de operador capacitado, bem como a falta de manutenção adequada poderá comprometer o funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto e inviabilizar o uso da Delegacia em razão de condições sanitárias inadequadas. Além disso, todo o fluxo de material de esgoto da referida descentralizada poderá ser despejado na natureza sem o devido tratamento e, caso isso ocorra, estará sujeita a sanções administrativas pelos órgãos competentes, uma vez que não há rede pública de esgotos na região e por não ser possível dispensar o mesmo junto ao terreno pela proximidade do lençol freático, sob pena de contaminá-lo.
   4. As atribuições previstas para esse posto de trabalho também não encontram previsão no conjunto de cargos integrantes do plano de cargos da PF, permitindo ao órgão um melhor direcionamento do seu efetivo para o desempenho da área fim.
   5. As atividades a serem desenvolvidas estão incluídas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO sob o nº 8623-05 – Operador de Estação de Tratamento D’água e Esgoto, conforme descrição sumária abaixo:
      1. Monitorar o recebimento de resíduos industriais e urbanos, destinando resíduos conforme normas vigentes e controlar processo de tratamento de água e efluentes. Realizar amostragem de resíduos e efluentes. Dosar soluções químicas; manipular reagentes; preparar soluções; ajustar dosagem de soluções e verificar resultados de dosagens. Inspecionar equipamentos da estação de água, efluentes e resíduos industriais; acionar equipamentos; controlar parâmetros operacionais dos equipamentos eletromecânicos; solicitar manutenção de equipamentos; cumprir procedimentos operacionais. Manter organizado o ambiente de trabalho; rotular produtos químicos. Trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
   6. Os serviços contratados deverão obedecer aos critérios contidos na Lei nº 8.666/93, IN MARE nº 05 de 21/7/95 e na IN MPOG nº 2 de 30/04/08.
   7. Em que pese haver várias atividades, a exemplo de operação da estação mediante cessão de mão de obra, análises clínicas, coletas de efluentes, remoção de resíduo sólidos, entre outros, cada unidade de serviço integra um só serviço, ou seja, A OPERAÇÃO DE ETE, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA, além da RESPONSABILIDADE TÉCNICA. Dessa forma, a divisão do objeto poderia inviabilizar técnica e operacionalmente a execução do objeto, assim como a determinação da responsabilidade técnica.
   8. Assim, a contratação irá servir tão somente para o atendimento de situação que pode ocasionar grave prejuízo, haja vista a impossibilidade de solução de continuidade do uso da Estação de Tratamento de Esgoto. Ademais, é incontroverso que a manutenção é mais vantajosa para a Administração do que inutilização do equipamento.
2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. Os serviços, materiais e equipamentos referenciados neste Termo de Referência enquadram-se na modalidade de bens e serviços comuns para fins do disposto no art. 4º, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 – Pregão Eletrônico, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital e anexo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei 10.502/2002.
   2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
   4. Os serviços contratados deverão obedecer aos critérios contidos na Lei nº 8.666/93, IN MARE nº 05 de 21/7/95 e na IN MPOG nº 2 de 30/04/08.
3. FORMA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
      1. A execução será mediante o regime indireto e contínuo, de trabalho diurno, na escala de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sábado;
      2. A jornada de trabalho inicialmente escolhida foi a que melhor atende às necessidades das unidades da Polícia Federal em Mato Grosso, com observância da legislação trabalhista e a convenção coletiva de trabalho da categoria;
      3. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados de acordo exigência do cargo.
      4. **Os uniformes e EPIs serão fornecidos pela Contratada.**
      5. **Os equipamentos eletroeletrônicos deverão possuir etiqueta de certificação de menor consumo energético da categoria.**
   2. **DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**
      1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter permanente, que obedecem a uma programação previamente estabelecida, apresentada em cronograma físico devidamente aprovado pela Fiscalização, cujas etapas são cumpridas obedecendo a uma periodicidade pré-determinada;
      2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Serviços esporádicos, ausentes de programação prévia, a serem executados em caráter eventual e/ou especial, devidamente apontado pela Fiscalização e aprovado pela Administração.
      3. Os serviços especializados de manutenção deverão ser realizados por técnicos devidamente habilitados, sob supervisão do responsável da contratada e terá a finalidade de evitar a ocorrência de defeitos, falhas ou irregularidades no funcionamento da ETE.
   3. **DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**
      1. **OPERAÇÃO DA ETE:** Presença diária de operador técnico, responsável pela verificação das condições de operação da ETE, tais como medição da temperatura, pH, vazão, coleta de amostras, a fim de subsidiar as análises laboratoriais e consequente emissão de Relatório de operação da ETE, conforme Normas Técnicas e restrições contidas na Licença da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT. Além disso, procederá a verificação de retorno de lodo, limpeza de grade, limpeza da casa de máquina, verificação da cor efluente, medição de vazão, avaliações eletro-mecânica e odor da ETE com preenchimento da ficha de operação da ETE.
      2. **MANUTENÇÃO MECÂNICA:** manutenção constituída por bombeiro hidráulico e/ou mecânico, para revisão nos equipamentos mecânicos e tubulações.
      3. **MANUTENÇÃO ELÉTRICA**: manutenção constituída por eletricista para revisão do sistema elétrico (Painel, Motor, Fiações, etc) da ETE.
      4. **COLETA DE AMOSTRA DE EFLUENTES**: Coleta de amostras para análise laboratorial, seguindo os padrões dos órgãos ambientais.
      5. **ANÁLISE DE EFLUENTES:** Realização de análises físico-químicas, realizadas por um laboratório credenciado pela **Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso**, além da emissão dos Relatórios Anuais de Carga Poluidora e de Manutenção.
      6. **REMOÇÃO DE RESÍDUOS:** Remoção anual com caminhão dos resíduos acumulados no fundo do tanque de aeração e do digestor, assim como a limpeza das caixas de gordura.
   4. **DA MANUTENÇÃO CORRETIVA**
   5. Será efetuada quando houver indicação ou ocorrência de defeitos e terá a finalidade de corrigi-los, sendo a CONTRATADA, de imediato, comunicada para dar atendimento dentro do prazo de 04 (quatro) horas, obedecendo aos seguintes critérios:
      1. Os pequenos reparos serão executados imediatamente;
      2. As soluções que exigirem a substituição de peças serão executadas após autorização da CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar no mínimo 02 (dois) orçamentos coletados no mercado, para aprovação; e
      3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de adquirir o material mencionado, caso não aprove o orçamento apresentado pela CONTRATADA.
   6. Todo o material (peças, componentes e etc) considerado defeituoso e que seja substituído por outro, fornecido pela própria ou pela CONTRATADA, deverá ser entregue ao fiscal do contrato.
   7. Fica entendido que a CONTRATADA fornecerá a mão-de-obra para toda a manutenção preventiva e corretiva, sendo que a CONTRATANTE somente pagará pelas peças tão somente se houver demanda.
   8. Os serviços deverão ser executados na sede da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT, situada na Av. Getúlio Vargas, nº. 2325, bairro COC, Cáceres/MT, CEP: 78200-000.
   9. **Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:**
      1. Controle Operacional da ETE;
      2. 01 (um) Operador sanitário exclusivo;
      3. Coleta e análise mensal Físico-Química e bacteriológica;
      4. Coleta diária de amostra para estabilização do pH;
      5. Cálculos da vazão e eficiência da estação;
      6. Dragagem anual do lodo, por meio de caminhão limpa fossa a sucção;
      7. Limpeza dos reatores;
      8. Ajustes dos parâmetros operacionais;
      9. Definição das condições dos parâmetros operacional;
      10. Elaboração de Planilha de Procedimento a ser seguido pelo operador;
      11. Manutenção Corretiva com eventual substituição de peças; e
      12. Relatório Técnico Mensal.
   10. **Os serviços deverão ser executados pela Contratada na seguinte frequência:**
       1. **DIARIAMENTE**:
          1. Manter a Estação Elevatória de Esgoto (EEE) sempre limpa para evitar entupimento das bombas;
          2. Limpar as caixas receptoras de esgoto bruto (caixa de entrada do UASB) e caixas de distribuição a fim de evitar a obstrução dos tubos de distribuição e favorecer os processos de tratamento posteriores;
          3. Retirar através de peneiras, similares às usadas no processo de limpeza de piscinas, os sobrenadantes que ocorram na camada superficial da parte líquida do reator UASB;
          4. Lavar os Biofiltros por um período de 5 a 7 minutos, devendo se atentar para a clarificação do efluente durante a lavagem;
          5. Lavar o Decantador por um período de 5 a 7 minutos. No entanto, deve-se atentar para a clarificação do efluente durante a lavagem. Caso seja necessário, deve-se aumentar o tempo de lavagem e a frequência, até que o efluente saia claro na elevatória;
          6. Efetuar a limpeza do filtro “Y” da entrada de água de refrigeração do Aerador;
          7. Verificar o funcionamento da bomba de recirculação, para mantê-la ligada 24 horas por dia;
          8. Verificar o nível de coagulante armazenado no tanque (sistema de desfosfatação), para evitar que falte o reagente;
          9. Verificar o correto funcionamento do Bypass dos BFs, Bypass DS e do Bypass Reator UV, conforme parâmetros indicados no manual do fabricante;
          10. Efetuar a limpeza das lâmpadas do Reator Ultravioleta, através do volante do reator UV;
          11. Observar se a válvula de regulagem da chama do Queimador de Gás não está entupida; devendo abrir o registro agulha para prevenir possível travamento. Fechando-o em seguida;
          12. Monitorar, através da tomada de amostra no reator UASB, a altura da manta de lodo para não ultrapassar a 3 (três) metros.
       2. **QUINZENALMENTE:**
          1. Retirar a “camisa” do Queimador do Gás, para verificação dos cabos elétricos e conexões nos pontos de ignição.
       3. **MENSALMENTE:**
          1. Limpar a câmara de gás do Reator UASB, para remoção da escuma existente na mesma, propiciando a livre circulação do gás através da tubulação que conduz até o queimador. Caso o efluente apresente elevada concentração de gordura, a limpeza deverá ser efetuada a cada 15 (quinze) dias.
          2. Realizar a coleta e análise Físico-Química de efluentes de acordo com as normas específicas, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.
       4. **ANUALMENTE:**
          1. Efetuar a retirada dos resíduos sólidos do fundo da estação (EEE) com auxílio de um caminhão limpa fossa e descarte em aterro sanitário ou em outro lugar autorizado pelos órgãos ambientais competente.
       5. **EVENTUALMENTE**
          1. Identificar e tratar possíveis pontos de corrosão que surgirem na ETE.
   11. Todos os procedimentos devem ser executados fazendo uso de EPI´s (Luva de borracha cano longo, botina de borracha, capacete e óculos de segurança).
   12. A Contratada deverá observar, além do disposto no presente processo licitatório, todas as especificações e procedimentos descritos no manual de operação e manutenção da fabricante e nos manuais dos equipamentos utilizados na ETE, a ser fornecido pela contratante, como as tarefas diárias do operador e os procedimentos operacionais, visando a qualidade do tratamento e a limpeza e conservação da estação.
   13. A execução dos serviços de operação da ETE será mediante o regime indireto e contínuo, de trabalho diurno, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segundas às sextas-feiras, entre as 8h e as 18h, e aos sábados, entre 08h e 12h, conforme necessidade operacional da estação.
   14. **Não há previsão de horas extras** para quaisquer das categorias previstas neste Termo de Referência.
   15. Para execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente treinados, de acordo com a exigência do cargo.
   16. As coletas e análises deverão obedecer ao tempo de conservação e às condições de armazenamento e transporte, conforme estabelecido pelo Manual Técnico de Operação anexo.
   17. O operador deverá aferir, diariamente, o pH dos efluentes e aplicar-lhes a devida correção, quando for o caso.
   18. O responsável técnico, devidamente registrado pelo **CREA, CRQ, ou outro Conselho Regional Profissional habilitado às análises do objeto da licitação, bem como na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso,** deverá acompanhar a execução das manutenções preventivas e corretivas. Deverá também efetuar visitas técnica com **periodicidade mínima de 1 (uma) vez por mês.**
   19. Caberá ao responsável técnico orientar o operador sobre a dosagem de aplicação dos produtos químicos, conforme os dados diários colhidos do pH, assim como as informações constantes dos laudos laboratoriais, a fim de estabilização química dos efluentes.
   20. **Segue abaixo descrição detalhada do operador:**
       1. Dentre os serviços de operação esperados, listamos: Abrir e fechar válvulas; realizar limpeza no cesto de retenção de sólidos grosseiros; limpeza da elevatória e caixas distribuidoras; controlar o processo de tratamento de esgoto e solucionar possíveis problemas operacionais; verificar a condição de funcionamento do sistema de aeração; verificar a altura da manta de lodo pelas tomadas de coleta de lodo nas câmaras do Reator UASB; observar a existência de vazamentos do Biogás para o interior do reator; manter sempre à queima do gás, para fins de evitar o aumento da corrosão do tanque; realizar amostragem e descarte de lodo do UASB; dosar soluções químicas e operar equipamentos eletromecânicos; documentar dados do processo de tratamento e controlar materiais e produtos utilizados na estação de tratamento de efluentes e resíduos; trabalhar em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental; comunicar imediatamente à contratante a ocorrência de alguma anormalidade no tratamento.
   21. Em caso de pequenos reparos, a manutenção corretiva deverá ser realizada de imediato.
   22. Ao final de cada mês, deverá a contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes de seu término, apresentar Relatório Técnico subscrito por profissional devidamente habilitado, conforme descrito no item 4.23.
   23. **O RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL** deverá indicar os procedimentos realizados e resultados obtidos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
       1. Nome e função do(s) profissional(is) alocados para a execução dos serviços no mês de referência do relatório;
       2. Descrição dos serviços preventivos e corretivos executados no mês;
       3. Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizados em ampliações/modificações;
       4. Relação de serviços em andamento e a executar;
       5. Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período;
       6. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução por parte da CONTRATANTE;
       7. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
       8. Informações sobre a situação dos sistemas e equipamentos, indicando deficiências;
       9. Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada.
4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:
   1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
      1. Estação de tratamento de esgoto de pequeno porte, inaugurada em julho de 2015, com média de 50/60 usuários ao dia;

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro 1 - Unidades de tratamento que constituem a ETE** | | | | | |
| **Unidade** | | | **Componentes** | | |
| Estação Elevatória (EEE) | | | Poço e conjunto moto-bomba | | |
| Tratamento Secundário | | | Reatores anaeróbios de manta de lodo e fluxo ascendente (UASB), Biofiltro de matéria orgânica (BFmo), Decantadores secundários (DS) | | |
| Tratamento Terciário | | | Biofiltros nitrificantes e desnitrificantes (BFn e BF desn), Desfosfatação (DESF), Reator ultravioleta (UV) | | |
| Tratamento do Gás | | | Queimador do biogás | | |
| **Quadro 2 – Relação e descrição dos equipamentos utilizados na ETE** | | | | | |
| **Equipamento** | **Quantidade** | **Marca** | | **Modelo** | **Vazão** |
| Bombas da estação elevatória de esgoto | 02 | FLYGT | | DP 3045 MT | 1.05 l/s |
| Aerador | 01 | DOSITEC | | DKM 120/20 | 16 Nm³/h |
| Bombas de recirculação | 01 | ROWA | | SOLAR 3 MONO | 1,8m³/h |
| Bomba dosadora | 01 | DOSITEC | | JCM-1 | 2 l/h |

* + 1. Realização de 2 (duas) análises mensais (entrada e saída) por parâmetro, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANÁLISES QUÍMICAS A SEREM SOLICITADAS** | | | |
|
| **PARÂMETRO** | **UNIDADE** | **QUANTIDADE MENSAL** | **ANUAL** |
| Sólidos Totais | mg/l | 02 | 24 |
| Sólidos Sedimentáveis | mg/l | 02 | 24 |
| DQO | mgO2/l | 02 | 24 |
| DBO5 | mgO2/l | 02 | 24 |
| NTK\* | mg/l | 02 | 24 |
| N-NH4\* | mg/l | 02 | 24 |
| P-PO4\* | mg/l | 02 | 24 |
| pH | . | 02 | 24 |
| Coliformes Fecais | NMP/100 ml | 02 | 24 |
| Coliformes Totais | NMP/100 ml | 02 | 24 |
| Oxigênio Dissolvido |  | 02 | 24 |

* + 1. 01 (uma) coleta anual para retirada de resíduos sólidos do fundo da estação, com auxílio de caminhão limpa fossa, com descarte em aterro sanitário ou em outro lugar autorizado pelos órgãos ambientais competente.
  1. Na proposta apresentada deverá constar a que CCT ela se vincula.
  2. A Convenção Coletivausada para elaboraçãoda planilha de preçosde referência foi a do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE CUIABÁ (SINTAESA), uma vez que não há no município de Cáceres CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho formalizado.
  3. Nos valores da proposta deverá estar incluso adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) incidente sobre o piso normativo da categoria profissional.
  4. As planilhas de custo e formação de preços deverão ser enviadas obrigatoriamente em arquivo excel (extensão.xls) ou outra compatível.
  5. **Caso a(s) licitante(s) apresentem totais dos encargos sociais e trabalhistas superiores aos informados nas planilhas de custo e formação de preços – Anexo IV do Edital,** que compuseram os valores de referência, deverá(ão), obrigatoriamente, apresentar justificativa para tal ocorrência. Se não houver comprovação para tal ocorrência e/ou a justificativa apresentada, após diligências, não for aceita, a correção da planilha ocorrerá de ofício pela Administração, podendo, no entanto, a diferença ser revertida como lucro, conforme a negociação entre as partes.
  6. O Aviso Prévio Trabalhado deve ser zerado na planilha a partir do segundo ano de contrato.

1. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
   1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
      1. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
      2. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
      3. Posto individual de trabalho com carga horária diurna de 44 horas semanais executadas de segundas às sextas-feiras entre 08 e 18 horas, e aos sábados entre as 08 e 12 horas;
      4. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
      5. A satisfação do público usuário;
      6. A Contratada se responsabilizará ainda pela substituição imediata, caso o profissional encaminhado não atenda as condições para execução das atividades propostas;
      7. De acordo com o Manual Técnico da Estação de Tratamento de Esgoto da Delegacia de Polícia Federal de Cáceres/MT, elaborado pela Sanevix Engenharia, anexo a este termo.
   2. **O serviço será sempre acompanhado pelo responsável técnico contratado pela empresa, cabendo à CONTRATADA remunerar este profissional.**
   3. **Os valores do acompanhamento por profissional Engenheiro já estão embutidos no valor de referência.**
2. UNIFORMES
   1. Os uniformes e EPIs a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **UNIFORME** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL PREVISTA** |
| Calça | Brim/JEANS com elástico, dois bolsos na frente, dois bolsos atrás, cor azul escura | **04** |
| Camisa | Brim, Manga Longa, com um bolso na frente, cor azul clara | **04** |
| Botina | Botina de couro acolchoada com bico de aço | **02** |
| MEIAS | Meias, padrão sport, tecido Algodão, cor preta / azul escuro / branca | **04** |
| Bota longa | Bota de Polimérico Termoplástico Impermeável Emborrachado, solado antiderrapante | **02** |
| Crachá | Crachá de identificação com Foto | **01** |

* + 1. Deverão ser entregues 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato; sendo o restante entregue após 06 (seis) meses, ou, a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
    2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
  1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material atendendo a padrões de qualidade.
  2. Os valores dos uniformes foram levantados com base em contratações recentes, de outros órgãos públicos, seguindo orientação da IN 05/2014-MPOG.

1. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS
   1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EPI** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL PREVISTA** |
| Abafador | Plug ou Cocha | 03 |
| Luva longa  (Tam. “G”) | Látex | 52 |
| Óculos de segurança | Plástico/Acrílico (ou material similar) Lente Escurecida | 02 |
| Máscara industrial | Máscara (respirador facial), com filtro duplo de carvão ativado para reter vapores orgânicos ou ácidos, em borracha de silicone na cor cinza e com elástico. | 12 |
| Filtro para máscara industrial | Filtro respirador, referência 296871, uso máscara semifacial, aplicação vapores orgânicos como cloro, ácido clorídrico, D I, características adicionais com rosca, compatibilidade respirador advantage 200 ls. | 24 |
| Protetor Solar | Protetor solar, profissional, fps50, loção emulsionada de coloração natural, não gordurosa e não comedogênica, proteção contra raios UVA e UVB, composto de dióxido de titânio, micronizado ou em suspensão. Formulação cosmética e não oclusiva, hidratante e emoliente, ph fisiológico e livre de óleo, deve ser dermatologicamente testado e resistente à água. Validade mínima 02 anos a partir da entrega. Bisnaga com 120 g. | 24 |
| Chapéu | Chapéu de palha fina com arame | 04 |
| Capacete | Plástico/Acrílico (ou material similar) | 02 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MATERIAL** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL** |
| Peneira cata-folha | Em armação plástica | 02 |
| Álcool  (Litro) | 70° | 48 |
| Detergente (500ml) | Neutro | 36 |
| Sabão | Coco – Em barra | 15 |
| Mangueira  (50 metros) | Trançada, ½” | 02 |
| Balde  (12 litros) | Plástico, preto | 04 |
| Desinfetante (Litro) | SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO - Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação limpeza em geral,, características adicionais aroma, pH 10 a 10,5, viscosidade 400/500 CPS, composição amoníaco tensoativo (aniônico e não aniônico), constituído com agentes bactericidas, detergente biodegradável, agentes sequestrantes, promovendo a desinfecção e desodorização da superfície onde é aplicado, controlando os maus odores provenientes da matéria orgânica decomposta por micro-organismos, a base de cloreto de benzalconio, com diluição de 1:10 bactericida, 1:50 bacteriostático e 1:20 odorizante, frasco com 1L. Marca Referência: Casa e Perfume, Veja, Similar ou de Qualidade Superior. | 96 |
| Papel absorvente  (PCT c/ 02 rolos) | Toalha de papel, material 100% celulose virgem, comprimento 244 m, largura 20 cm, cor branca. Características adicionais: macio e absorvente. | 12 |
| Livro Ata | Livro Ata de Papelaria; medindo aproximadamente (205x297) cm Vertical; Capa Pesando aproximadamente 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, pesando aproximadamente 80g/m2; Na Cor Preta; com 50fls (numeradas); Papel Offset, pesando 56g/m2. | 04 |
| Lâmpadas UV | Lâmpada germicida com emissão de radiação ultra violeta para desinfecção e esterilização, com pico de 254 nm, potência 130 wats, vida útil média=8000 a 12000 horas, comprimento 840 mm, marca referência: bravoluz, similar ou qualidade superior. | 08 |
| **Iodo 1000ml** | Tintura 2% | 12 |
| Policloreto de Alumínio em pó (KG) | POLICLORETO DE ALUMINIO, para a aplicação (como coagulante/floculante) nas águas provenientes de ETE - Estação de Tratamento de Esgoto | 300 |
| Soda cáustica (KG) | Soda cáustica, aspecto físico escamas brancas, pureza mínima 98 PER, teor máximo cloretos 1,20 PER, teor máximo carbonato 1PER, aplicação: para desentupimentos de tubulações de esgoto. Apresentar o registro da ANVISA. | 180 |
| Bactérias Bioremediadoras  (KG) | Biorremediador para remoção de incrustações causadas pelo acúmulo de gordura em redes coletoras de esgoto doméstico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Joinville. Ter origem biológica, livres de organismos patogênicos e inofensivos ao meio ambiente; possuir certificados de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); deverá possuir no mínimo as seguintes espécies de microorganismos: Bacillus subitillis e Bacillus licheniformis; concentração mínima do produto deverá ser de 1x105 UFC (unidade formadora de colônia) por grama do produto; ser fornecido em embalagem devidamente lacrada, sem qualquer vestígio de violação. | 15 |
| Veda Rosca | Fita veda rosca, teflon, 25m, 18mm, 0,08mm, resistência a temperatura, ABNT. | 04 |
| Fita Isolante | 10 metros | 04 |
| SOLUÇÃO ALCALINA para aparelho phgametro, (500ML) | Solução tampão, leitura ph 7,0, aplicação calibragem de peagâmetro. | 12 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **FERRAMENTAS** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL** |
| Jogo de Chaves combinadas | 6mm a 26mm | 01 |
| Jogo de Chave de Fenda e Philips | Jogo de chave de fenda e phillips, com 10 peças (chaves de fenda: 6, 1-1/2, 3, 4, 6, 2; chaves philips: 2, 4, 1-1/2, 4). Cabos com geometria de 4 lóbulos e identificados por cores. Hastes de liga de aço e niqueladas. Deve acompanhar suporte para armazenamento das chaves. | 01 |
| Alicate Universal | Alicate universal 8", corpo em aço especial e temperado, acabamento fosfatizado, cabeça e articulação lixada. Têmpera especial no gume de corte e mandíbula, isolação elétrica de 1.000v. NBR 9699. | 01 |
| Chave de Grifo | Chave Grifo nº 08 (chave para tubo de 8 polegadas) | 01 |
| Alicate de pressão | Alicate de pressão, material ferro, tratamento superficial aço niquelado, mordente inferior curvo, abertura da boca 28, tamanho 10. | 01 |
| Medidor de PH | PHMETRO DE BOLSO (TIPO CANETA) – FAIXA DE PH 0,00~14,00. Este medidor de pH estilo caneta digital é um instrumento ideal para aquários, indústrias, piscinas, escolas, laboratórios, alimentos e bebidas etc. Seu custo bastante reduzido e por ser um equipamento durável e oferecer medições precisas faz desse equipamento um sucesso de vendas. - Especificações: Faixa de medição de pH: 0,0 - 14.0 Ph; Resolução: 0,1 pH; Precisão: ± pH 0,1 (20 °C), ± 0,2 pH; Temperatura de Operação: 0-50 °C (32-122 °F); Calibração: manual, 1 ponto; Peso: aproximadamente 0.51g (após as baterias instaladas); Dimensões: 152 x 29 x 15mm (5,984 x 1,142 x 0,591 polegadas); - Operação e Manutenção: Para fazer uma leitura de sua solução basta colocar a cabeça da sonda na solução por 1-2 minutos para chegar à mesma temperatura que a solução. Você não tem que pressionar nenhum botão para fazer nova medição. Apenas remova o aparelho da solução e espere que apareça no visor ""000"" e esta pronto para ser usado em outra medição de pH. Lavar o eletrodo após o uso em água doce e limpar uma vez por semana para garantir a precisão. Para melhorar a eficiência e vida útil do aparelho, recomendamos que deixe o eletrodo envolvido em espuma levemente umedecida com solução de KCl a 3 molar. Um eletrodo sujo pode distorcer as leituras e o resultando. - Acompanha o equipamento Aparelho (01 pç); Bateria 1.5V (04 pcs); Manual do usuário em português (01 unid). " | 01 |
| Enxada c/ Cabo | Enxada, em aço carbono de alta qualidade, temperado, pintura eletrostática a pó na cor preta, bitola 230 x 276 mm, olho redondo diâmetro 38 mm, cabo em madeira polida mínimo 1,5 cm. | 01 |

1. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. A execução dos serviços será iniciada com a emissão da Ordem de Execução dos Serviços, após a apresentação da Garantia, que deverá se dar em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
2. *DA VISTORIA*
   1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones **(65) 3211-6331/6300 com o servidor designado para o plantão**.
   2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
   3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
   4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
      1. *Cumpre ao fiscal do contrato**comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias. De igual modo, devem ser realizadas comunicações ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos trabalhadores terceirizados (IN SLTI/MPOG n. 02/2008, art. 34, §§9º e 10 com a redação da IN SLTI/MPOG n. 06/2013 e Ac. TCU 1214/2013-Plenário).*
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
   5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
   7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
      1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
      2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
      3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
      4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
   8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008.
4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
      1. Nas contratações de serviços, cada vício, defeito ou incorreção verificada pelo fiscal do contrato reveste-se de peculiar característica. Por isso que, diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para as correções devidas, devendo o fiscal do contrato, avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para as correções.
   3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.
   4. **Possuir um engenheiro ambiental ou sanitário, com registro no órgão de classe, CREA, para responder como responsável técnico da empresa.**
      1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados **NÃO PRECISAM** pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, **para fins deste Edital,** o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o **prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura,** **caso o licitante se sagre vencedor do certame**.
   5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
   6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
   7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010.
   8. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
   9. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.
   10. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:
       1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
       2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
       3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
       4. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
   11. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
       1. **A exigência de atestados de antecedentes criminais é pertinente na medida em que for imprescindível à segurança das pessoas, bens, informações ou instalações, devendo ser levada em conta à natureza do órgão (policial/investigação/segurança pública).**
   12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
   13. Substituir, no prazo de **2 (duas) horas**, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
   14. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
   15. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
   16. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
       1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
   17. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.
       1. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
          1. 13º (décimo terceiro) salário;
          2. Férias e um terço constitucional de férias;
          3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
          4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).
          5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008.
       2. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
       3. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
       4. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
       5. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
          1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa;
          2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;
          3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;
       6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
   18. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
   19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
   20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
   21. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
       1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
       2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
       3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
   22. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
   23. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.
   24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
   25. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.
   26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
   27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
   28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
   29. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
   30. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
       1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
   31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
   32. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.
   33. Declarar nos moldes do **ANEXO XII** que Seus sócio(s), dirigente(s), administradores, bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) servidor(es) no âmbito da Administração Pública Federal e não possui(em) vínculo familiar(cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores da Polícia Federal.
       1. Que não tem e que não contratará prestadores para a execução de serviço objeto desta contratação, que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
   34. Exigir de seus empregados à disposição do Contrato desta licitação que racionalizem o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, além de utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
   35. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
5. DA SUBCONTRATAÇÃO
   1. Será admitida subcontratação em relação aos serviços de análises laboratoriais, transporte das coletas e limpa fossa;
      1. Em relação ao serviço de limpa fossa, a contratada deverá se certificar da adequada destinação dos resíduos sólidos, devendo observar as prescrições ambientais. A contratada se responsabiliza pela destinação inadequada realizada por empresa subcontratada;
      2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
   2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores.
   3. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
      1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
      2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
   4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação*.*
6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
      1. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.
   4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
   6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.
   10. O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;
       2. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
       3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.
   11. O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxilio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.
   12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
   13. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
   14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar no prazo de **10 (dez) dias corridos** a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
   16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
8. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
   2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (CINCO)** dias após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. Fraudar na execução do contrato;
      4. Comportar-se de modo inidôneo;
      5. Cometer fraude fiscal;
      6. Não mantiver a proposta.
   2. **Comete falta grave**, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:
      1. **Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;**
      2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação **no dia fixado.**
   3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. **Multa moratória** de **0,33% (trinta e três décimos por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
         1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
         2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
      3. **Multa compensatória** de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
         1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
   4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Cáceres - MT, 20 de dezembro de 2016.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LEONEL LIMA NASCIMENTO**  Agente de Polícia Federal  Mat. 20.341 |  |  |  |  |  |  |  | **MARCEL PEREIRA BARBOSA**  Agente de Polícia Federal  Mat. 9.962 |

Ciente em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DELEGADO EVANDRO IWASAKI DA SILVA**

Chefe da Delegacia PF/CAE/MT

**APROVAÇÃO:**

Nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

Os serviços que ora se pretende contratar não são funções de cargos existentes na PF e as atribuições a serem desenvolvidas não são concorrentes com nenhuma atividade desenvolvida por qualquer cargo da Polícia Federal.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ADERSON VIEIRA LEITE**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UNIFORMES** | | | | | | | |
| **Descrição** | **Qtd.** | **Unidade** | **PREÇO UNIT.** | **VALOR TOTAL** | **ITEM** | **PREGÃO** | **UASG** |
| Calça jeans, com elástico | 04 | Unidade | R$ 45,00 | R$ 180,00 | 1 | 1/2016 | 200344 |
| Camisa, confeccionada em brim, tecido 100% algodão, gramatura 260 g/m2, com botão recoberto, com punho, com um bolso frontal do lado esquerdo | 04 | Unidade | R$ 39,50 | R$ 158,00 | 3 | 1/2016 | 200344 |
| Botina de couro acolchoada com bico de aço | 02 | Par | R$ 65,00 | R$ 130,00 | 1 | 1/2016 | 200344 |
| Meias, padrão sport, tecido Algodão, cor preta / azul escuro / branca | 04 | Par | R$ 8,00 | R$ 32,00 | 1 | 1/2016 | 200344 |
| Bota de Polimérico Termoplástico Impermeável Emborrachado, solado antiderrapante. | 02 | Par | R$ 55,00 | R$ 110,00 | 1 | 1/2016 | 200344 |
| **TOTAL ANUAL (R$) / SERVENTE** | | | | | | | **R$ 610,00** |
| **TOTAL MENSAL (R$) / SERVENTE** | | | | | | | **R$ 50,83** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI** | | | | | | | |
| **EPI** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL PREVISTA** | **PREÇO UNIT.** | **VALOR TOTAL** | **ITEM** | **PREGÃO** | **UASG** |
| Abafador | Plug ou Concha | 03 | R$ 25,24 | R$ 75,72 | 3 | 1/2016 | 200344 |
| Luva longa  (Tam “G”) | Látex | 52 | R$ 5,80 | R$ 301,60 | 3 | 1/2016 | 200344 |
| Óculos de segurança | Plástico/Acrílico (ou material similar) Lente Escurecida | 02 | R$ 12,00 | R$ 24,00 | 3 | 1/2016 | 200344 |
| Máscara industrial | Máscara (respirador facial), com filtro duplo de carvão ativado para reter vapores orgânicos ou ácidos, em borracha de silicone na cor cinza e com elástico. | 12 | R$ 45,39 | R$ 544,68 | 211 | 3/2016 | 158427 |
| Filtro para máscara industrial | Filtro respirador, referência 296871, uso máscara semifacial, aplicação vapores orgânicos como cloro, ácido clorídrico, d i, características adicionais com rosca, compatibilidade respirador advantage 200 ls. | 24 | R$ 49,40 | R$ 1.185,60 | 12 | 8/2016 | 160051 |
| Protetor Solar | Protetor solar. Profissional, fps50, loção emulsionada de coloração natural, não gordurosa e não comedogênica, proteção contra raios uva e uvb, composto de dióxido de titânio, micronizado ou em suspensão. Formulação cosmética e não oclusiva, hidratante e emoliente, ph fisiológico e livre de óleo, deve ser dermatologicamente testado e resistente à água. validade 02 anos a partir da entrega. Apresentar laudo de laboratório credenciado pela Anvisa; apresentar crf. bisnaga com 120 g. | 24 | R$ 12,81 | R$ 307,44 | 12 | 39/2016 | 135016 |
| Chapéu | Chapéu de palha fina com arame | 04 | R$ 17,00 | R$ 68,00 | 16 | 45/2016 | 926490 |
| Capacete | Plástico/Acrílico (ou material similar) | 02 | R$ 27,00 | R$ 54,00 | 1 | 1/2016 | 200344 |
| **TOTAL ANUAL (R$) / OPERADOR** | | | | | | | **R$ 2.561,04** |
| **TOTAL MENSAL (R$) /OPERADOR** | | | | | | | **R$ 213,42** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MATERIAL PREVISTO** | | | | | | | | |
| **MATERIAL** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL** | **PREÇO UNIT.** | **VALOR TOTAL** | **ITEM** | **PREGÃO** | | **UASG** |
| Peneira cata-folha | Em armação plástica | 02 | R$ 20,13 | R$ 40,26 | 33 | 1/2016 | | 160028 |
| Álcool (Litro) | 70° | 48 | R$ 4,49 | R$ 215,52 | 3 | 19/2016 | | 154034 |
| Detergente (500ml) | Neutro | 36 | R$ 2,30 | R$ 82,80 | 2 | 1/2016 | | 200344 |
| Sabão | Coco – Em barra | 15 | R$ 4,00 | R$ 60,00 | 2 | 1/2016 | | 200344 |
| Mangueira 50 metros | Trançada, ½” | 02 | R$ 117,90 | R$ 235,80 | 3 | 1/2016 | | 200344 |
| Balde  (12 litros) | Plástico, preto | 04 | R$ 4,50 | R$ 18,00 | 1 | 1/2016 | | 200344 |
| Desinfetante Litro | SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO - Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação limpeza em geral,, características adicionais aroma, pH 10 a 10,5, viscosidade 400/500 CPS, composição amoníaco tensoativo (aniônico e não aniônico), constituído com agentes bactericidas, detergente biodegradável, agentes sequestrantes, promovendo a desinfecção e desodorização da superfície onde é aplicado, controlando os maus odores provenientes da matéria orgânica decomposta por micro-organismos, a base de cloreto de benzalconio, com diluição de 1:10 bactericida, 1:50 bacteriostático e 1:20 odorizante, frasco com 1L. Marca Referência: Casa e Perfume, Veja, Similar ou de Qualidade Superior. | 96 | R$ 3,15 | R$ 302,40 | 15 | 30/2016 | | 120027 |
| PAPEL ABSORVENTE, PCT 02 ROLOS | TOALHA DE PAPEL, MATERIAL 100% CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 244 M, LARGURA 20 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MACIO E ABSORVENTE | 12 | R$ 3,03 | R$ 36,36 | 20 | 10/2016 | | 160041 |
| LIVRO ATA | Livro Ata de Papelaria; Medindo aproximadamente (205x297) cm Vertical; Capa Pesando aproximadamente 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando aproximadamente 80g/m2; Na Cor Preta; Com 50fls (numeradas); Papel Offset, Pesando 56g/m2; | 04 | R$ 7,78 | R$ 31,12 | 33 | 7/2016 | | 925075 |
| Lâmpadas UV | Lâmpada germicida com emissão de radiação ultravioleta para desinfecção e esterilização, com pico de 254 nm, potência 130 wats, vida útil média=8000 a 12000 horas, comprimento 840 mm, marca referência: bravoluz, similar ou qualidade superior. | 08 | R$ 1.050,00 | R$ 8.400,00 | **COTAÇÃO** | | | |
| <https://bravoluz.com.br/shop/germicida-amalgam-lamps-130w-t6-4p-se-uv-bravo> E THECNOLAMP | | | |
| Iodo 1000ml | Tintura 2% | 12 | R$ 29,99 | R$ 359,88 | 238 | 12/2016 | | 160150 |
| Policloreto de Alumínio em pó KG | POLICLORETO DE ALUMINIO, para a aplicação (como coagulante/floculante) nas águas provenientes de ETE - Estação de Tratamento de Esgoto | 300 | R$ 15,00 | R$ 4.500,00 | 66 | 05/2016 | | 150863 |
| SODA CÁUSTICA KG | Soda cáustica, aspecto físico escamas brancas, pureza mínima 98 PER, teor máximo cloretos 1,20 PER, teor máximo carbonato 1PER, aplicação: para desentupimentos de tubulações de esgoto. Apresentar o registro da ANVISA. | 180 | R$ 6,00 | R$ 1.080,00 | 83 | 2/2016 | | 160208 |
| Bactérias Bioremediadoras (KG) | Biorremediador para remoção de incrustações causadas pelo acúmulo de gordura em redes coletoras de esgoto doméstico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Joinville. Ter origem biológica, livres de organismos patogênicos e inofensivos ao meio ambiente; possuir certificados de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); deverá possuir no mínimo as seguintes espécies de microorganismos: Bacillus subitillis e Bacillus licheniformis; concentração mínima do produto deverá ser de 1x105 UFC (unidade formadora de colônia) por grama do produto; ser fornecido em embalagem devidamente lacrada, sem qualquer vestígio de violação. | 15 | R$ 105,00 | R$ 1.575,00 | 1 | 639164 | | BB |
| Veda Rosca | Fita veda rosca, teflon, 25m, 18mm, 0,08mm, resistência a temperatura, ABNT. | 04 | R$ 8,95 | R$ 35,80 | 1 | 1/2016 | | 200344 |
| Fita Isolante | 10 metros | 04 | R$ 10,45 | R$ 41,80 | 1 | 1/2016 | | 200344 |
| SOLUÇÃO ALCALINA para aparelho pHgametro  (500ML) | SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 7,0, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO. | 12 | R$ 17,99 | R$ 215,88 | 88 | 28/2016 | | 135035 |
| **TOTAL ANUAL (R$) / OPERADOR** | | | | | | | **R$ 17.230,62** | |
| **TOTAL MENSAL (R$) / OPERADOR** | | | | | | | **R$ 1.435,89** | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FERRAMENTAS** | | | | | | | |
| **FERRAMENTAS** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE ANUAL** | **PREÇO UNIT.** | **VALOR TOTAL** | **ITEM** | **PREGÃO** | **UASG** |
| Jogo de Chaves combinadas | 6mm a 26mm | 01 | R$ 108,85 | R$ 108,85 | 7 | 189 /2016 | 154043 |
| Jogo de Chave de Fenda e Philips | JOGO DE CHAVE DE FENDA E PHILLIPS, COM 10 PEÇAS (CHAVES DE FENDA: 6, 1-1/2, 3, 4, 6, 2; CHAVES PHILIPS: 2, 4, 1-1/2, 4). CABOS COM GEOMETRIA DE 4 LÓBULOS E IDENTIFICADOS POR CORES. HASTES DE LIGA DE AÇO E NIQUELADAS. DEVE ACOMPANHAR SUPORTE PARA ARMAZENAMENTO DAS CHAVES. | 01 | R$ 54,27 | R$ 54,27 | 8 | 14/2016 | 153049 |
| Alicate Universal | Alicate universal 8", corpo em aço especial e temperado, acabamento fosfatizado, cabeça e articulação lixada. Têmpera especial no gume de corte e mandúbula, isolação elétrica de 1.000v. NBR 9699 | 01 | R$ 29,90 | R$ 29,90 | 1 | 1/2016 | 200344 |
| Chave de Grifo | Chave Grifo nº 08 (chave para tubo de 8 polegadas) | 01 | R$ 20,50 | R$ 20,50 | 1 | 2/2016 | 925217 |
| Alicate de pressão | ALICATE DE PRESSÃO, MATERIAL FERRO, TRATAMENTO SUPERFICIAL AÇO NIQUELADO, MORDENTE INFERIOR CURVO, ABERTURA DA BOCA 28, TAMANHO 10 | 01 | R$ 19,65 | R$ 19,65 | 1 | 253 /2016 | 154039 |
| Medidor de PH | PHMETRO DE BOLSO (TIPO CANETA) – FAIXA DE PH 0,00~14,00. Este medidor de pH estilo caneta digital é um instrumento ideal para aquários, indústrias, piscinas, escolas, laboratórios, alimentos e bebidas etc. Seu custo bastante reduzido e por ser um equipamento durável e oferecer medições precisas faz desse equipamento um sucesso de vendas. - Especificações : Faixa de medição de pH: 0,0 - 14.0 Ph; Resolução: 0,1 pH; Precisão: ± pH 0,1 (20 °C), ± 0,2 pH; Temperatura de Operação: 0-50 °C (32-122 °F); Calibração: manual, 1 ponto; Peso: aproximadamente 0.51g (após as baterias instaladas); Dimensões: 152 x 29 x 15mm (5,984 x 1,142 x 0,591 polegadas); - Operação e Manutenção: Para fazer uma leitura de sua solução basta colocar a cabeça da sonda na solução por 1-2 minutos para chegar à mesma temperatura que a solução. Você não tem que pressionar nenhum botão para fazer nova medição. Apenas remova o aparelho da solução e espere que apareça no visor ""000"" e esta pronto para ser usado em outra medição de pH. Lavar o eletrodo após o uso em água doce e limpar uma vez por semana para garantir a precisão. Para melhorar a eficiência e vida útil do aparelho, recomendamos que deixe o eletrodo envolvido em espuma levemente umedecida com solução de KCl a 3 molar. Um eletrodo sujo pode distorcer as leituras e o resultando. - Acompanha o equipamento Aparelho (01 pç); Bateria 1.5V (04 pcs); Manual do usuário em português (01 unid). " | 01 | R$ 160,00 | R$ 160,00 | 53 | 28/2016 | 135035 |
| Enxada c/ Cabo | ENXADA, EM AÇO CARBONO DE ALTA QUALIDADE, TEMPERADO, PINTURA ELETROSTATICA A PÓ NA COR PRETA, BITOLA 230 X 276 MM, OLHO REDONDO DIAMETRO 38 MM, CABO EM MADEIRA POLIDA MÍNIMO 1,5 CM. | 01 | R$ 23,28 | R$ 23,28 | 1091 | 9/2016 | 160537 |
| **TOTAL ANUAL (R$) / OPERADOR** | | | | | | | **R$ 416,45** |
| **TOTAL MENSAL (R$) / OPERADOR** | | | | | | | **R$ 34,70** |